

ção eram influenciados, de alguma forma, pela época em que ditavam suas sentenças. E no período de 1871 a 1888, em que a legitimidade da escravidão enquanto instituição passava a ser cada vez mais contestada, os desembargadores intervieram mais nas sentenças que iam contra a liberdade. Esta constatação, pois, coloca-se como uma contradição a ser refletida por Grinberg na sua interpretação sobre os efeitos da lei de 1871 na cultura jurídica do país nesses últimos anos da escravidão.

Eduardo Spiller Pena

UNICAMP

Doutorando do Departamento de História

Graham Sandra L. *Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910*. Tradução de Viviana Bosi. São Paulo, Companhia das Letras, 1992. 237 p

No Rio de Janeiro de 1870, trinta mil mulheres escravas e livres labutavam como domésticas. Elas representavam 15% dos habitantes e 71% das trabalhadoras da cidade. A proporção de escravas que eram domésticas girava em torno de 90%, mas 65% das mulheres livres também o eram. Em 1906, a escravidão havia acabado, mas as domésticas ainda representavam 13% da população do Rio e 76% das mulheres trabalhando fora de casa. Eram 77 mil pessoas.

Essas mulheres, na maioria negras, constituem as personagens centrais deste livro da historiadora norteamericana Sandra Graham, que muito enriquece o conhecimento de uma época do Rio de Janeiro atualmente estudada com afincos por historiadores brasileiros, como José Murilo de Carvalho, Eduardo Silva, Sidney Chalhoub, Marta Abreu, entre outros. Publicado originalmente em 1988, em inglês, a edição brasileira demorou de chegar, o que dá ao leitor especializado a impressão de que a autora desconsiderou a produção historiográfica nacional dos últimos cinco anos. Para evitar essa impressão, ela talvez devesse ter escrito um prefácio à esta edição, datando seu livro e comentando sua relação com os estudos publicados no Brasil. O livro, entretanto, é original o bastante para ter vida própria.

Para reconstituir as experiências de patrões, patroas e empregadas domésticas cariocas, a autora pesquisou diversos arquivos brasileiros, levantando informações preciosas em testamentos, inventários, autos poli-

ciais e judiciais, além de textos legais e outros documentos manuscritos. Ela também reinterpreta com competência e sensibilidade fontes convencionais, como os relatos de viajantes, e fontes menos convencionais, como coleções iconográficas. E faz bom uso da moderna teoria antropológica, para melhor identificar e compreender ritos, comportamentos e relações sociais freqüentemente ignorados pelos historiadores.

Graham concebe a vida da doméstica transitando entre dois territórios complementares e adversários: a casa e a rua. Isso lembra Roberto Da Matta, cuja obra ela não desconhece. A casa é vista como o domínio de patrões e patroas, onde as empregadas podem encontrar proteção das mazelas urbanas, mas quase nenhum espaço de expressão independente. As amas-de-leite e arrumadeiras podiam penetrar fundo nos segredos e intimidades das famílias que serviam, mas, como outras empregadas de ontem e de hoje, seu comportamento e seu lugar no espaço doméstico estavam rigorosamente delimitados e controlados.

Entretanto, a casa não era território pacificado. Aí se desenvolvia um combate difícil. Os patrões procuravam sempre ampliar as tarefas para as quais as domésticas tinham sido contratadas, estas com frequência resistiam. Muitas simplesmente abandonavam a casa e retornavam à rua. Mesmo as escravas freqüentemente recusavam cooperar, não podendo ser despedidas por serem escravas, embora a venda representasse muitas vezes uma forma de punição. E se eram castigadas amiúde fugiam. Trocavam a casa por cortiços onde dividiam apertados cubículos com empregadas diaristas, em geral lavadeiras e engomadeiras. A vida nesses pardieiros, descrita com realismo incomum pela historiadora, representava uma das faces mais cruéis da pobreza urbana na época.

A proteção da casa só pode ser entendida em contraste com a insegurança da rua. Para os patrões, as criadas eram gente da rua, colocavam a casa em perigo até serem devidamente “domesticadas”. Feito isso, a rua podia vir a ser perigosa também para as próprias domésticas. O braço protetor do patrão nem sempre era longo, forte ou disponível o bastante para impedir a violência masculina, o abuso policial, a indigência e a insalubridade do mundo lá fora.

Mas da mesma forma que a vida na casa oscilava entre proteção e obediência, a rua perigosa podia propiciar a experiência da liberdade. Suas esquinas, tavernas, mercados e fontes eram freqüentados por empregadas que saíam a comprar pão, lavar roupa, levar recados ou acompanhar patroas e senhoras em suas raras incursões fora do ambiente doméstico. Uma complexa rede de amigos, parentes, amantes, patrícios e confrades de irmandades formava o lado sedutor da rua, onde as empregadas encontravam seus iguais na atmosfera calorosa do cotidiano popular. Ou na at-

mosfera colorida dos dias excepcionais do Carnaval. Com seus rituais irreverentes, suas máscaras, luzes e música, o Carnaval representava a principal celebração da vida de rua. Nas campanhas para abolir esta festa, a elite simbolizava as tentativas de controle da rua pela casa.

A vida das criadas e a relação entre estas e patrões não ficaram alheias às importantes transformações que atingiriam o Rio no final do século XIX. Destacam-se a abolição da escravatura e a modernização da cidade. Se não redefiniu radicalmente o papel das escravas domésticas, a abolição estabeleceria novas bases de negociação e conflito no espaço da casa. Fosse por demissão da ex-senhora ou por deserção voluntária, a ex-escrava agora passava à rua mais facilmente. Na rua, entretanto, o clima estava insuportável, pois a elite carioca cuidava de embelezar e higienizar a cidade para servir à classe média urbana e a si própria, expulsando os pobres do centro da cidade, demolindo cortiços, desbaratando redes sociais significativas, e construindo praças de traçado europeu para deleite dos elegantes da casa.

Mas a rua não se rendeu à casa. A resistência, que tinha longa tradição, chegou nesse momento a tomar a forma de valente oposição à demolição dos cortiços, ou se expressou com mais dramaticidade em episódios como a revolta da vacina, em 1904.

A tensão entre casa e rua sobrevive em nossos dias. Entre um território e outro, continuam a circular e combater as domésticas, que das favelas descem para o trabalho como antes vinham dos cortiços. Este penetrante estudo sobre a labuta, o lazer, o amor e a dor das empregadas no passado é um livro atual.

João José Reis
Universidade Federal da Bahia
Departamento de História

BARROS, José Flávio P. de & MELLO, Marco Antonio da S. & VOGEL, Arno. *A Galinha-d'Angola. Iniciação e Identidade na Cultura Afro-Brasileira*. Rio de Janeiro, Pallas, 1993. 204p

Em *Teoria da Religião* (Ática, 1993:23), o filósofo francês Georges Bataille, ao examinar os rituais arcaicos, chama a atenção para a existência de uma poética na animalidade: “O animal abre diante de mim uma profundidade que me atrai e que me é familiar. Essa profundidade, num